

#### INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos  
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística -  
AP 1 e 2 Botafogo - Rua Pinheiro Machado, 30, 2º andar

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda  
4ª IRLF (Catete) - Rua Silveira Martins, 104

#### INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) -  
Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo

(construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá

Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600

Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar

# Guia das APACs

## Urca

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

**n.11**

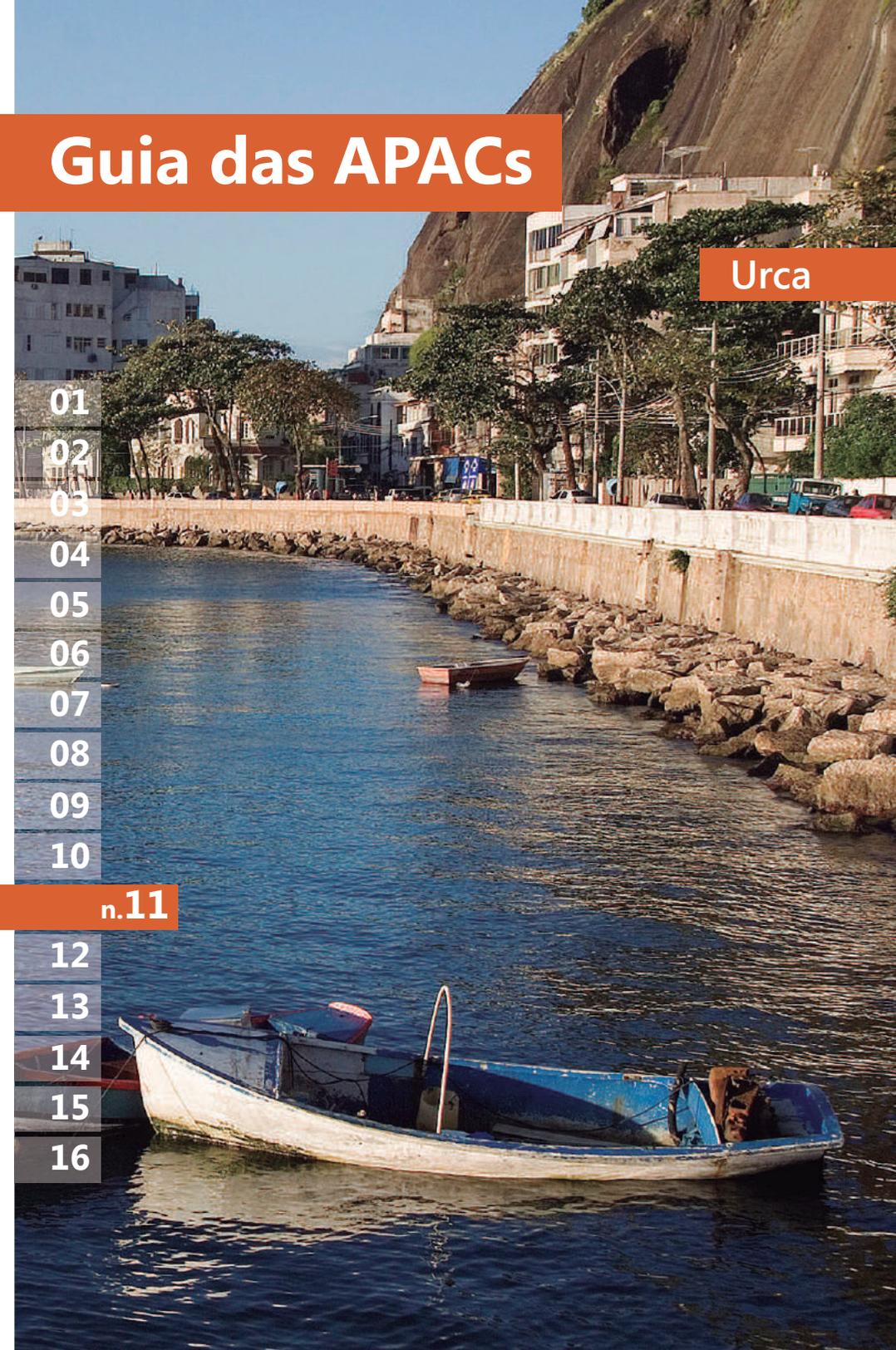
12

13

14

15

16





Ano II Nº I 2012

## IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar

CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615

[www.rio.rj.gov.br/patrimonio](http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio)

### Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

### Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

### Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

### Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

### Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

### Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

### Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

### Textos

Equipe IRPH

### Fotos

Acervo IRPH

### Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

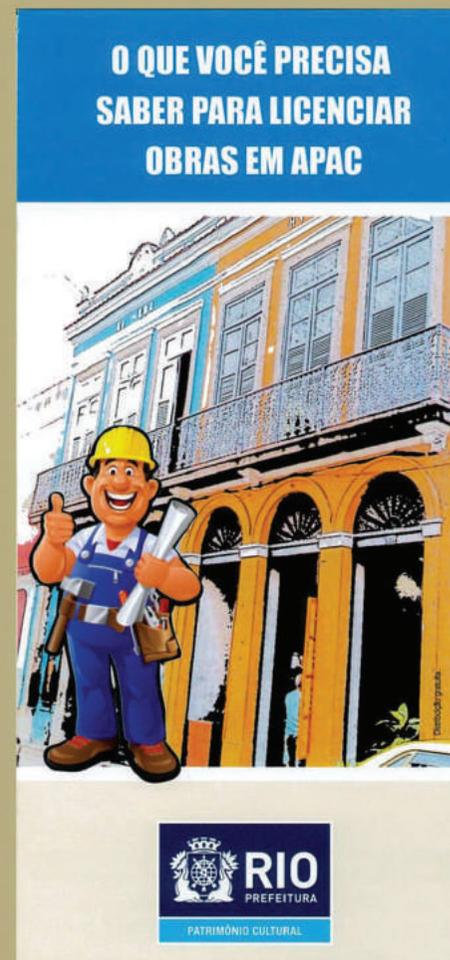
### Arte-Final

Janaína Fernandes

### Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

# O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH  
Tiragem limitada



## As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)<sup>1</sup>, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**<sup>2</sup>, que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

<sup>1</sup> Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

<sup>2</sup> Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

## SUMÁRIO



<b>EVOLUÇÃO URBANA</b>	03
<b>URCA - ENTRE O MAR E A MONTANHA</b>	07
<b>BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 7.451 / 88</b>	10
<b>BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 7.451/88</b>	11
<b>BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO</b>	15
<b>MAPA</b>	16



## A origem

Até o final do século XIX, o bairro da Urca simplesmente não existia. As águas da Baía de Guanabara batiam diretamente nas rochas que circundam os morros da Urca e o do Pão de Açúcar.

Para se ter acesso à praia situada entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, local considerado, pela maioria dos historiadores, o da fundação da cidade do Rio de Janeiro, era necessário ir diretamente por mar. Nesse local, Estácio de Sá e seus homens desembarcaram em 1º de março de 1565 com a finalidade de expulsar os franceses que tinham invadido as terras brasileiras.

A primeira ocupação dessa área foi direcionada para defesa militar. Após a fortificação desse sítio, foi erguida uma ermida de taipa e sapê para entronizar a imagem de São Sebastião. Logo em seguida, formou-se uma pequena vila que foi abandonada mais tarde em virtude da transferência da cidade para o Morro do Castelo. A região passou então a ser usada somente para defesa da Baía de Guanabara e, logo no início do século XVIII, foi construído um novo forte.

A Urca, bairro integrado à malha urbana do Rio de Janeiro, só foi concebida e construída mais de 300 anos depois da fundação da cidade, conforme veremos mais adiante.

## Segundo Império – a construção de prédios institucionais e a ideia de um novo bairro

Três séculos depois, durante o segundo império, a localidade é escolhida para instalação de diversos prédios institucionais. O primeiro deles, em 1852, foi um hospício de alienados que recebeu o nome do imperador D. Pedro II. O local por ser salubre e ter bastante espaço era perfeito para esse tipo de empreendimento (atualmente funciona a Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A partir de 1856, instalaram-se, sucessivamente, o Batalhão de Engenheiros e a Escola Militar e de Aplicação - uma grande edificação entre os morros da Urca e da Babilônia no local de uma antiga fortaleza. O prédio fechava quase totalmente a vista para o mar. Posteriormente foi reformado para a Exposição Nacional de 1908.

Em 1872, outra instituição dedicada a saúde foi instalada na região, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant.

E mais, em 1880, o engenheiro Paula Freitas projetou um conjunto de edificações destinadas à sede da Primeira Universidade Brasileira. No entanto, por falta de recursos, a ideia foi abandonada, e apenas o prédio da administração teve a sua construção iniciada. Com a proclamação da República, as obras são retomadas para abrigar a Escola Superior de Guerra, o que também não se concretizou. Após algumas modificações no projeto inicial, o prédio foi aproveitado para a Exposição Nacional de 1908.

Entre 1870 e 1880, o comerciante português Domingos Fernandes Pinto idealizou um bairro novo circundando os morros da Urca e do Pão de Açúcar, com prédios obedecendo “a um novo estilo, elegante e artístico”. Em 2 de março de 1895, ele assinou um contrato com o município para a construção de um cais, ligando a Praia da Saudade, em frente ao Instituto Benjamim Constant, à Escola de Aprendizes de Artilheiros, na Fortaleza de São João. Era o primeiro passo para concretizar sua ideia. No entanto, o Exército não aprovou a proposta, alegando que a obra prejudicaria a defesa do forte.

### **A exposição nacional de 1908**

No início do século, a cidade do Rio de Janeiro, após ser remodelada por Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz foi eleita para sediar a Exposição Nacional de 1908, destinada a comemorar o Centenário da Abertura dos Portos. Era a primeira exposição brasileira de grande porte, e para a qual foi criado um espaço com prédios construídos especificamente para a realização do evento.

O local selecionado era situado entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha e abrigava duas construções desativadas (já mencionadas) que foram remodeladas e aproveitadas para a exposição. A primeira, a edificação que tinha sido destinada a abrigar a Escola Superior de Guerra (em estilo neoclássico) após algumas modificações transformou-se no Palácio dos Estados na Exposição de 1908.

Após as comemorações do centenário, o prédio foi ocupado por diversas repartições públicas, até a instalação do Instituto de Mineralogia – Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais, em 1970. A outra edificação, a Escola Militar – inicialmente uma fortaleza, modificada no Segundo Império para alojamento da Escola Militar, tornou-se o Palácio da Indústria na Mostra Nacional de 1908. Após a exposição volta a ser escola militar e, em 1935 foi destruída durante a Intentona Comunista.

### **1912/1913 – o bondinho do Pão de Açúcar**

No ano seguinte à exposição, o prefeito Serzedelo Correia concedeu o direito de construção e de exploração de um caminho aéreo da Praia Vermelha até o Morro da Urca com ramais para o Pão de Açúcar e para o Morro da Babilônia. O último ramal nunca chegou a se efetivar, mas as duas outras linhas foram inauguradas em 1912 e 1913 respectivamente, consolidando o local como ponto turístico e cartão postal da cidade do Rio de Janeiro.

### **1922 – o aterro, os projetos de alinhamento/ loteamento e o Hotel Balneário**

Em 1919, Domingos Fernandes Pinto retomou sua ideia da construção do cais e assinou um novo contrato com a prefeitura, mas não conseguiu cumpri-lo. Em 1921, o engenheiro Oscar de Almeida Gama constituiu a S.A. Empresa da Urca, para construção deste mesmo cais, ligando a Praia da Saudade à Fortaleza de São João, nos termos do contrato de 1919. Era uma parceria entre o poder público e investidores privados promovido pelo então prefeito Carlos Sampaio.





E em 1922, outro convênio foi assinado para a obra do aterro do bairro. Dentre as obrigações desse acordo constavam a implantação de uma escola para 200 alunos, que veio a ser a Escola Minas Gerais (aproveitamento do pavilhão de Minas Gerais da Exposição de 1908) e a construção de um hotel balneário. À prefeitura coube a construção da Avenida Portugal que foi inaugurada em setembro do mesmo ano. Logo depois, a antiga praia da Saudade se transformou em Avenida Pasteur e o Iate Clube do Rio de Janeiro recebeu da Prefeitura uma área nesse aterro para instalação de sua sede esportiva.

O primeiro Plano de Abertura 1498 (22/07/1923) da Urca definiu como limites a Avenida Pasteur, a Avenida Portugal e a Rua Ramon Franco, sendo designada primeira seção. A segunda seção era o trapézio limitado, em relação ao mar, pela Avenida João Luis Alves, e no morro, pela Avenida São Sebastião, definido pelo Plano de Abertura 1510. Na administração de Alaor Prata, é que foram descritos e definitivamente aceitos os Planos de Abertura de ruas no bairro. Logo em seguida começaram as construções das edificações.

O Hotel Balneário, cuja construção fazia parte do contrato da Urca, foi erguido na área central do bairro, em 1922, com apenas trinta e quatro apartamentos. Era pequeno, comparado aos outros hotéis da época, como o Copacabana Palace, o Glória e o Central (já demolido). Era uma construção leve, com pi-

lotis visíveis sobre a areia da praia, com uma grande varanda com uma espécie de treliça na parte fronteira voltada para o mar, caramanchões acompanhando a calçada, cabines para os banhistas sob o cais e quadras de tênis no terraço. Para assegurar a proteção ao prédio do Hotel Balneário, foi aumentada a faixa frontal de areia e construídos diques. A nova configuração dessa praia foi mantida até os dias atuais.

### O Plano Agache

Desde a segunda metade do século XIX, o governo Imperial planejava erigir uma universidade na área da atual Avenida Pasteur. Na década de 1920, o urbanista francês, Alfred Agache previu em seu plano de extensão, remodelação e embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro, a criação de um bairro universitário nesta região, que não foi executado.

### 1930/1940 – O Cassino da Urca e os bungalows à beira mar

Na virada de 30 para 40, foi o período no qual a Urca se tornou conhecida como bairro de “risonhos bungalows à beira mar”. A Urca e suas residências eram descritas como “aglomerado encantador de bungalows alegres, com suas varandas claras e seus minúsculos jardins.”

Em 1933, a Companhia Imobiliária e Construtora do Rio de Janeiro comprou o Hotel

Balneário transformando-o em um complexo de lazer com salões de jogos, realização de grandes espetáculos musicais, restaurante e salão de chá. O Cassino da Urca, como ficou conhecido, oferecia para a alta sociedade e para os turistas, além do jogo e do jantar dançante, shows com o melhor da música da época, como a Carmem Miranda, o Bando da Lua, o Trio de Ouro, as irmãs Batista, entre outros, além das atrações internacionais, como por exemplo, a Josephine Baker.

Em 1938, com a abertura da Praça General Tibúrcio e o prédio da escola militar demolido, o local voltou a ter vista para o mar.

### 1945 – o fim do jogo



Em 1945, com o fim do Estado Novo e da ditadura Vargas, inicia-se uma campanha contra os cassinos, locais frequentados e favorecidos pelos políticos do antigo regime. Finalmente, em 30/04/46, um decreto presidencial de Eurico Gaspar Dutra extinguiu o jogo em todo o Brasil.

O Cassino da Urca foi desativado e seu prédio ficou desocupado até por volta de 1953, quando foi instalada a TV Tupi, Canal 6, propriedade dos Diários e Emissoras Associados - a segunda emissora de televisão do Brasil e a primeira do Rio. Nessa edificação adaptada e transformada para o novo uso, foram realizados famosos programas musicais e de auditório até finalmente ter sua concessão cassada em julho de 1980.

### 1978 – o projeto de estruturação urbana do bairro e o tombamento do prédio do Cassino

Em 1978, foi aprovado o Projeto de Estruturação Urbana para o bairro – o PEU da Urca, criando a Área de Proteção Ambiental do local e de preservação paisagística dos morros do Pão de Açúcar, da Urca e da Babilônia.

Quanto ao prédio do Cassino da Urca, os moradores através de sua associação sempre deixaram clara a intenção de preservá-lo. Consideram esta edificação, apesar de descaracterizada, um marco histórico e um referencial na paisagem do bairro, além de um importante sítio artístico e cultural da cidade do Rio de Janeiro. Formada por duas partes interligadas através de um passadiço, estando o bloco principal implantado sobre as areias da Praia da Urca e o secundário na confluência das avenidas Portugal e João Luís Alves. O contraste da paisagem entre o mar e a montanha é elemento de maior destaque, apesar da imponência da construção. A construção que foi significativa para as várias gerações, desde sua origem como Hotel Balneário da Urca, depois como Cassino da Urca até o seu uso como sede da emissora de televisão. Além de suas relevâncias histórica, arquitetônica e artística, foi palco de vários eventos ligados a empreendimentos de entretenimento na cidade.

A sua existência está presente no inconsciente coletivo da cidade, e a sua permanência contribui de forma singular para a manutenção e apreço pela memória histórico-cultural da cidade. Em 1986, o antigo Cassino da Urca foi tombado provisoriamente pelo decreto 6138 de 8 de outubro de 1986. E em 03/03/88, pelo Decreto nº 7.451, foi tombado definitivamente junto com a amurada, e a ponte, sendo criada sua área de entorno, que preservou diversos imóveis. Posteriormente, o Cassino foi destombado e atualmente foi proposto novamente o seu tombamento definitivo.



Um dos menores bairros da cidade, a Urca é dividida pela Avenida Pasteur, que a separa em dois setores bem distintos: O primeiro, da Avenida Wenceslau Brás até a Praia Vermelha, e ao longo da Avenida Pasteur, tem lotes de grandes dimensões e, predominantemente, ocupados por prédios de uso institucional, como o Instituto Benjamin Constant, as dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto de Mineralogia além das dependências militares em torno da Praia Vermelha. Excetuam-se dessa classificação os edifícios das ruas Lauro Muller e Linda Morena, que são residenciais. O segundo trecho, que se estende desde o lado ímpar da Avenida Pasteur até o Forte de São João, correspondendo ao aterro executado na década de 20, possui características ambientais bastante peculiares. A área é predominantemente residencial, com enorme porcentagem de casas e com ruas arborizadas. Tem arruamento regular e quadras bem definidas. A presença do mar ou da pedra é constante.

Apesar da variedade de estilos e de formas, as edificações do bairro formam um conjunto visualmente homogêneo e muito harmonioso. A parte de uso residencial é composta por casinhas, chalés ou pequenos palacetes. Nos lotes pequenos, as edificações apresentam afastamentos frontais reduzidos e são coladas nas divisas, dando lugar a pequenos jardins.

Nos lotes maiores, as casas se encontram implantadas em centro de terreno, permanecendo de modo geral paralelas em relação às divisas. Nestes imóveis, houve a preocupação de mostrar a importância social dos proprietários. Os jardins frontais são requintados e compostos de plantas geralmente importadas.

A influência de uma variedade de elementos inspirados nos mais diferentes estilos, assim como a diversidade de padrões, tipos de programas e soluções arquitetônicas, criou toda esta rica mistura que determinou um desenho singular no bairro.

Além de sua arquitetura significativa, o bairro conta com um conjunto de características peculiares como o traçado de suas ruas, sua situação geográfica e sua topografia. A amurada contornando a orla é considerada a varanda do bairro. Serve de banco para os passantes, lugar para pescar, conversar, esperar o ônibus, ou simplesmente para se observar o movimento do mar da enseada de Botafogo.

Motivo de orgulho de seus moradores, o bairro hoje possui valor inestimável para a cidade. Além de sua beleza e atmosfera agradável, propícias ao lazer e à atitude contemplativa, a Urca permanece como exemplo típico e perfeitamente adaptado aos dias de hoje, do bairro residencial carioca dos anos de 20 a 50. Poucos lugares, no Rio de Janeiro, mantêm, como a Urca, a integridade do conjunto urbano desta época. Trata-se de um acervo arquitetônico bastante íntegro e de inegável valor. Em outros pontos da cidade existem edificações semelhantes às da Urca, no entanto, elas não constituem conjuntos.

Os prédios multifamiliares mais antigos tem quarto ou cinco pavimentos e, os da década de 1970, apresentam gabaritos mais altos e soluções arquitetônicas mais modernas.

A Urca é um bairro sem saída o que lhe confere uma atmosfera pacífica e bucólica. A relação das ruas e praças com os elementos construídos é harmoniosa dando um encanto peculiar ao local.



## Características da Arquitetura

O estudo elaborado para o bairro, visando a delimitação de sua área de proteção, foi feito em etapas.

A primeira consistiu na realização do histórico do local com o propósito de auxiliar na identificação dos elementos de importância cultural para a memória do bairro.

A segunda foi a classificação de suas edificações em quatro categorias, segundo grau de interesse para o patrimônio cultural:

- Valor individual – edificações que se destacam no conjunto pelo valor de sua arquitetura, por motivos históricos ou afetivos. Pode ser típica ou não da área;
- Valor de conjunto – edificações típicas que por sua quantidade expressiva conferem ao bairro uma fisionomia própria;
- Valor de ambiência – edificações sem valor específico, mas que contribuem, individualmente ou em conjunto, para estruturar a ambiência; e
- Sem valor – edificações em desacordo com o conjunto da área.

Num terceiro momento, foi definido o conjunto de edificações a ser preservado, classificado em quatro grupos diferenciados pela incidência de elementos arquitetônicos, semelhantes entre si, na composição das fachadas. Sem vinculação a estilos, foram ordenadas a partir da ocorrência de elementos e detalhes que de algum modo determinam uma semelhança de linguagem dentro da diversidade de soluções.

A quarta etapa consistiu no cadastramento das edificações de valor individual em fichas detalhadas com os seguintes dados: situação e ambiência, descrição, histórico e informações complementares. As edificações com valor de conjunto foram fotografadas e organizadas em fichas, englobando trechos de rua, com endereço e situação do imóvel em relação à sua vizinhança.

A proposta de criar uma área de proteção ambiental na Urca tem como finalidade garantir a permanência de suas edificações, sua arquitetura e conseqüentemente sua paisagem.

Em **3 de março de 1988, pelo Decreto nº 7.451** foram tombados alguns bens do bairro e criada a área de entorno destes bens e estabelecidos quatro grupos para preservação assim definidos:

### Grupo I



Rua Candido Gaffree, 89



Rua Candido Gaffree, 28

Constituído por edificações com telhados expressivos, em geral com a inclinação das águas bem acentuadas; há presença de sótãos, mansardas, águas furtadas; nas fachadas é comum a simulação de enxaimel ou paredes de pedra resguardando varandas. As esquadrias são em geral de madeira com folha de vidro.

## Grupo II



Rua Odilo Bacelar, 30

Encontram-se neste grupo os prédios com elementos Art-Deco ou com elementos decorativos mais sofisticados influenciados pela arquitetura clássica. As fachadas em geral são muito decoradas, as esquadrias são interessantes por seu fino trabalho, com presença constante de delicadas venezianas. A serralheria é muito expressiva, tanto nos muros e portões ou quando aparecem nos vãos ou ainda, guarnecendo pequenos balcões.

## Grupo III



Rua Candido Gaffree, 23

Casas com muitos elementos decorativos nas fachadas: cercaduras imitando trabalhos em cantaria guarnecendo os vãos, azulejarias, colunas, cornijas e faixas lombardas. Os telhados são movimentados, com vários planos e com beirais expressivos. Presença de jardineiras e balcões em fachadas revestidas com reboco trabalhado em relevo. Utilização acentuada de madeira trabalhada guarnecendo varandas, vãos, além das esquadrias cuidadosamente desenhadas. Há movimento na composição dos volumes. Existência de pequenas torres.

## Grupo IV



Rua Candido Gaffree, 27

Bastante íntegro: Esta categoria é o agrupamento dos prédios de apartamentos. As fachadas variam bastante e encontram-se elementos dos outros grupos, porém para responder ao programa do prédio, e fora alguns elementos decorativos aplicados às fachadas, não diferem muito entre si no que se refere à volumetria. O que há de mais expressivo neste grupo são as portarias, as varandas e os vãos.



## Amurada da Urca e Ponte São Domingos

Construídas no início da década de 1920, por ocasião do aterro da área que daria origem ao bairro, ambas são pontos de referência marcante na paisagem e no cotidiano dessa região da cidade. (M)





## Grupo I

Rua Almirante Gomes Pereira: 8, 84/86; 53, 83

Rua Cândido Gaffrêe: 28, 58, 112, 124, 126, 152, 196; 89, 93, 145

Praça Felix Laranjeiras: 2, 8, 10

Avenida João Luiz Alves: 48, 106, 260

Rua Joaquim Caetano: 10

Rua Manuel Niobei: 58, 60

Rua Marechal Cantuária: 136, 144

Rua Odílio Bacelar: 38; 11, 33, 37, 43

Rua Osório de Almeida: 10, 12/14; 25, 29, 59, 67

Rua Otávio Corrêa: 84, 270; 75, 85, 95, 253

Avenida Pasteur: 397, 415, 431, 445/449, 453, 457, 459

Avenida Portugal: 34/42, 54, 330 (substitui o nº 304 – inexistente – através do Dec.º N.º 16783 de 29/6/1998, publicado no DO Rio de 30/6/1998), 554, 622, 802, 544

Rua Ramon Franco: 104, 112; 13, 91, 99

Rua Roquete Pinto: 34, 38; 29, 63

Avenida São Sebastião: 12, 166, 280, 308; 309

Praça Tenente Gil Guilherme: 44, 52; 21

Rua Urbano Santos: 38, 61 (incluído através do Decreto "N" nº 16783 de 29/6/1998)



Rua São Sebastião, 12



Rua Ramon Franco, 112



Rua Candido Gaffree, 124/126



Av. Pasteur, 445/449



Rua Felix Laramnjeiras, 08

## Grupo II

Rua Almirante Gomes Pereira: 11  
Avenida João Luiz Alves: 154, 218  
Rua Joaquim Caetano: 60  
Rua Marechal Cantuária: 162, 168  
Rua Odílio Bacelar: 30, 48  
Rua Osório de Almeida: 18; 07, 35  
Rua Otávio Corrêa: 34, 80  
Av. Pasteur: 377, 399, 433  
Av. Portugal: 466  
Avenida São Sebastião: 236  
Rua Urbano Santos: 20, 22, 26, 50; 09, 13, 15, 17



Av. Portugal, 466



Rua Marechal Cantuárai, 162



Av. Pasteur, 377



Rua Otávio Corrêa, 80



Rua João Luiz Alves, 154

### Grupo III

Rua Almirante Gomes Pereira: 16, 26, 72, 94, 138; 63, 123

Rua Cândido Gaffrée: 92, 96, 108, 116, 120, 174, 182, 192; 15, 23, 51, 81, 111, 135, 149

Rua Elmano Cardim (antiga Iguatu): 10

Praça Félix Laranjeiras: 12

Av. João Luiz Alves: 150, 168, 206, 212, 240, 244, 292, 342

Rua Joaquim Caetano: 19, 21, 63

Rua Manuel Niobei: 64, 68

Rua Odílio Bacelar: 16, 27

Rua Otávio Corrêa: 178, 258, 280, 384, 388, 444; 365, 419, 423, 453

Av. Pasteur: 405, 485

Av. Portugal: 96, 716, 722

Rua Ramon Franco: 18, 100; 55

Praça Raul Guedes: 52

Rua Roquete Pinto: 20; 07, 15

Avenida São Sebastião: 170, 174; 255, 259

Rua Urandi: 09

Rua Urbano Santos: 16, 58, 72; 05, 79/87



Rua Urbano Santos, 16



Av. Pasteur, 405



Rua Roquete Pinto, 07



Av. São Sebastião, 170



Rua Odílio Bacelar, 27

## Grupo IV

Rua Almirante Gomes Pereira: 76, 130, 158; 51, 67  
Rua Cândido Gaffrée: 18, 36, 86, 88, 178; 27, 95, 119, 165, 173, 205  
Avenida João Luiz Alves: 52, 76, 88, 136, 282  
Rua Joaquim Caetano: 6; 25, 59, 73  
Rua Manuel Niobei: 18; 47, 53, 57, 61, 63  
Rua Marechal Cantuária: 60, 64, 102  
Rua Odílio Bacelar: 15  
Rua Osório de Almeida: 34, 62, 80; 75  
Rua Otávio Corrêa: 94, 420, 448; 211, 259, 273  
Avenida Pasteur: 403, 409  
Avenida Portugal: 484, 502, 534, 544, 564, 584, 666, 838, 858, 936, 986  
Rua Ramon Franco: 6/8, 70/72/74/76/78/80/82/84/86; 75  
Rua Roquete Pinto: 60, 66, 70, 86, 88; 17, 35  
Av. São Sebastião: 136, 160; 141  
Rua Urbano Santos: 82, 84



Rua Candido Gaffree, 173



Rua São Sebastião, 160



Rua Candido Gaffree, 119



Rua Luiz Alves, 136



**Cassino da Urca**, na Av. João Luiz Alves, 13 e 14 - Tombamento em 15/09/2009 - Lei 5.076/09 (M)



**Residência**, na Rua Almirante Gomes Pereira, 71 - Tombamento em 11/07/2006 - Dec. 26.712/06 (M)



Construída em 1935 com projeto de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu. Início do modernismo.

**Residência**, na Rua Urbano Santos, 50 - Tombamento em 11/07/2006 - Decreto 26.712/06 (M)



É um exemplar do momento áureo da arquitetura moderna brasileira apresentando elementos característicos deste movimento.

Arquiteto Firmino Saldanha em 1955



Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.